

Aula 00

*CBM-RO - História e Geografia do Brasil
- 2021 (Pré-Edital)*

Autor:
Sergio Henrique

17 de Maio de 2021

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial.....	2
1. A Escravidão e o Comércio Atlântico	3
<i>1.1. Os Padres Jesuítas</i>	<i>4</i>
2. Administração Colonial Portuguesa.....	6
<i>2.1. O Governo Geral.....</i>	<i>7</i>
2.1.1. Os Primeiros Governadores.....	7
2.1.2. As Câmaras Municipais.....	8
2.1.3. As Atividades Econômicas Complementares.....	9
3. O Bandeirantismo	10
4. Orientações de Estudo (Checklist) e Pontos a Destacar	11
<i>4.1. Início da Colonização e Produção Açucareira.....</i>	<i>11</i>
<i>4.2. Administração e Economia Colonial</i>	<i>12</i>
5. Exercícios.....	15



00. BATE PAPO INICIAL

Estudar para concursos públicos é um desafio, que precisa do auxílio de uma equipe de professores, que oriente seus estudos de forma dinâmica, para poupar o máximo de tempo, que é talvez o recurso mais precioso do concurseiro. Para acelerar os estudos, o Estratégia Concursos decidiu desenvolver versões simplificadas de cada aula escrita.

A ideia deste material é abordar de forma simples, os principais tópicos dos conteúdos em História, que são mais cobrados nos concursos. É um material bem enxuto, objetivo e direcionado. Os temas pouco abordados nas provas foram suprimidos, para ser uma síntese bem rápida, que irá ajudar na economia do tempo. As questões selecionadas são as mais importantes das principais bancas, em que destaquei as da Vunesp e as da FGV, pois possuem abordagens muito interessantes, e são modelos de boas avaliações.

Um texto simplificado e sintético, seguido de um eficiente questionário de revisão de conteúdo, e enfim, uma coletânea de questões aplicadas em concursos.

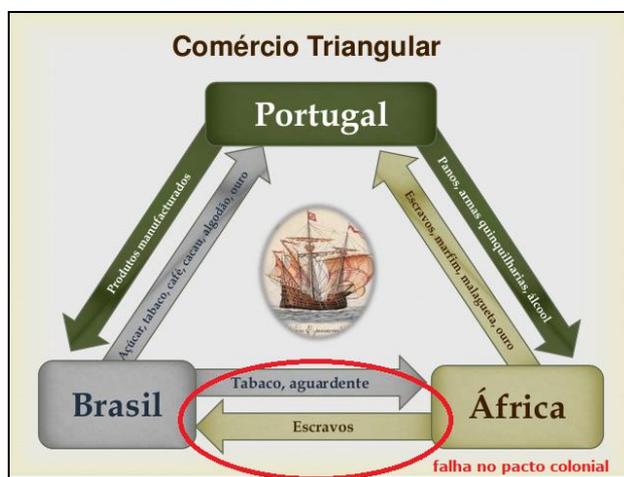
Essa é a primeira versão simplificada, uma versão “beta” que está sendo aperfeiçoada. Qualquer sugestão, pode entrar em contato diretamente comigo, pelo Instagram *@professorsergiohenrique*, ou no fórum de dúvidas. É muito importante sua opinião e se você quiser, gostaria muito do seu relato sobre a experiência com o curso e sugestões para atendê-los melhor.



1. A ESCRAVIDÃO E O COMÉRCIO ATLÂNTICO

A escravidão africana foi adotada, pois era um negócio extremamente lucrativo e a demanda de braços era tão grande quanto à demanda por açúcar. “*Por que não escravizar o índio?*”, você se pergunta, mas deve se lembrar de que a Igreja Católica se posicionou através de Bulas Papais e na expansão e colonização da América, contra a escravidão do **gentio** (nativo, indígena), não movimentava um mercado tão lucrativo e estruturado, como era o comércio de africanos e mesmo assim foram também escravizados, mas não sistematicamente como os portugueses fizeram com os africanos.

Quanto ao negro, a escravidão era denunciada por alguns religiosos, mas como um todo era tolerada e aceita, e em todo o período colonial e durante o império brasileiro, era o sustentáculo da economia e elemento fundamental na organização da sociedade, pois todo o trabalho braçal, inclusive o de vestir seus senhores, era realizado por um cativo. A demanda por braços para o trabalho era muito grande, ao ponto de Portugal não conseguir atender a demanda. Isso gerou o comércio atlântico que fugia ao controle de Portugal: O tráfico negreiro. Era praticado um comércio marítimo muito intenso no Atlântico Sul, que representa uma falha no pacto colonial: A demanda de escravos era tamanha, que as companhias de comércio portuguesas não conseguiam atendê-la, o que levou a uma iniciativa de luso-brasileiros a dedicarem-se a atividades escravagistas. As grandes fortunas da elite colonial brasileira eram formadas principalmente por traficantes de escravos, cujas fortunas eram maiores que as dos senhores de engenho. Observe a imagem e perceba o seguinte: Em teoria eram os portugueses que deveriam adquirir africanos para serem escravizados e abastecer o mercado de escravos brasileiros, mas diante de tamanha demanda surgiu o fluxo comercial Brasil-África. Ele teoricamente não deveria existir devido ao monopólio comercial português, então é uma falha no pacto colonial. Apesar de ser proibido na lei, este comércio era conhecido e tolerado pela coroa portuguesa, diante da necessidade de abastecimento da colônia. Chamamos esse comércio escravista pelo atlântico de comércio triangular.



Os africanos escravizados eram transportados nos navios negreiros, cuja mortalidade era tão alta, que foram apelidados de **navios tumbeiros**. Eram “descarregados” no litoral, nos mercados de escravos, onde eram vendidos, e dali seguiam para as fazendas. Para evitar a comunicação e as rebeliões, separavam as famílias e as tribos. Alguns historiadores calculam que a cada 100 africanos capturados, chegavam em torno de 12 no destino final, que eram os engenhos açucareiros.

Durante todo o tempo em que ocorreu a escravidão (1530-1888), ocorreu também a resistência africana. Resistiam através de suicídios, abortos, levante contra seus senhores, fugas e a formação de Quilombos. Durante as invasões holandesas ocorreram conflitos com os colonos que entraram em guerra na primeira invasão na Bahia. Durante a resistência dos colonos, muitas fazendas foram destruídas e fugiram muitos africanos, o que estimulou muito o surgimento de quilombos, dentre eles o mais conhecido, o **quilombo dos palmares**.

1.1. OS PADRES JESUÍTAS



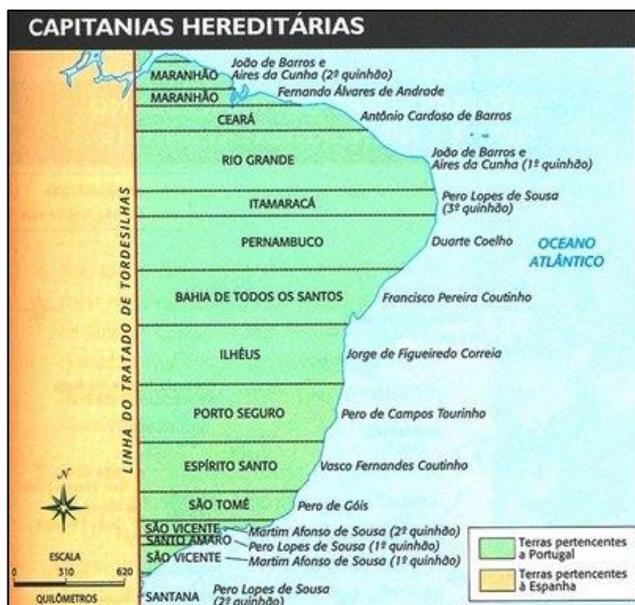
VICTOR MEIRELLES: *Primeira missa no Brasil*, 1860.
Óleo sobre tela, 268 x 356 cm.
Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

Os Padres da *Cia. De Jesus* eram também conhecidos como **soldados de batina**. O apelido é porque a ordem jesuítica possuía uma organização e preparo militar, e por seu fundador, Inácio de Loyola, ter sido oficial militar. Fundavam no Brasil (e em todo o mundo colonial português) as Missões jesuíticas, incumbidas de catequizar os nativos e protegê-los nas **Missões, ou colégios jesuíticos**. Não foram raras as situações em que expedições de **bandeirantismo** atacavam as missões querendo escravizar seus indígenas, que já eram cristianizados e ensinados ao trabalho. As missões

jesuíticas ocuparam além do litoral, o sul do Brasil na fronteira com Argentina, e principalmente na região amazônica. As missões jesuíticas tiveram um importante papel na ocupação do nosso território, muitas vezes servindo à Portugal como ponto de demarcação de fronteiras. Ao longo do rio Amazonas, foram penetrando no interior. Essas missões amazônicas treinavam e usavam os indígenas como mão de obra (não escrava), para coletarem as **drogas do sertão**. Drogas do sertão eram ervas medicinais, coletadas em meio à floresta e vendidas para a Europa. Eram valiosas como as especiarias asiáticas. Há vários jesuítas importantes e vários deles escreveram livros que são preciosos documentos para o historiador como o Padre Antonil e Frey Vicente de Salvador. Manoel da Nobrega e José de Anchieta foram os primeiros grandes líderes da Cia de Jesus no Brasil. Manoel da Nobrega veio junto com a expedição de Tomé de Souza o primeiro governador Geral do Brasil. Sempre os Jesuítas protegeram os nativos da escravidão, o que os tornou grandes inimigos dos colonos. Para Nobrega a conversão do indígena devia se basear no exemplo moral e espiritual impecável do missionário e na pregação que levasse em conta as condições do processo de colonização e conquista, mas diante das grandes dificuldades escreveu ao rei propondo a Guerra Justa contra os indígenas como mecanismo de consolidação da colonização e da catequese, resolvendo ao mesmo tempo o problema da mão de obra nos engenhos. José de Anchieta, veio na expedição de Duarte Coelho, e dizia que só “pela força das armas obter-se iam frutos abundantes.”



2. ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA



As Capitânicas hereditárias foram a primeira forma de divisão administrativa pela qual passou o Brasil. Portugal tentou transferir os gastos da colonização para a iniciativa privada. Concedia territórios a serem governados com amplos poderes a quem os recebesse, pois se tornava Capitão Donatário, ou seja, o Capitão responsável pela Capitania Hereditária. Do litoral até a linha imaginária do tratado de Tordesilhas, em sentido **latitudinal** (horizontal) foram criadas 15 capitânicas. Foram entregues a 12 donatários (aparentemente não era um bom negócio: Difícil, perigoso e com vantagens duvidosas). Entre os donatários não figurava nenhum

nome da alta nobreza ou do grande comércio de Portugal, o que mostrava que o empreendimento não era economicamente atraente. Somente alguns elementos da pequena nobreza que haviam enriquecido através de negócios recentes com o oriente. Gente “miúda”. Foram distribuídas a 12 donatários. São Vicente (que era dividida em duas faixas de terra) pertencia a Martim Afonso que fundou a Vila de São Vicente onde já existia um porto que naufragos comercializavam escravos destacadamente João Ramalho, casado com a índia Bartira, filha do cacique Tibiriça. O governador Tomé de Souza e o jesuíta Manoel da Nobrega o conheceram. Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso recebeu 3 capitânicas (Itamaracá, Santo Amaro e Santana) e morreu no nordeste em expedição antes de concretizar a colonização. Pero Campos Tourinho donatário da capitania de Porto Seguro foi preso pelos próprios colonos e entregue a Inquisição, pois era profundamente anticlericalista e foi acusado de blasfêmia.

Os donatários vinham com dois documentos jurídicos emitidos pelo próprio rei: A **carta de doação** e o **foral**. Nos dois documentos o rei praticamente abria mão de sua soberania e conferia aos donatários amplos poderes. E tinha de ser assim, pois os donatários deveriam desenvolver a terra às próprias custas **o regime de capitânicas hereditárias transferia para a iniciativa particular a tarefa de povoar e investir no Brasil**. Porém, em razão da dimensão colossal da tarefa e da escassez de recursos, a maioria falhou. Ainda houve aqueles que preferiram não arriscar sua fortuna, e nem vieram tomar posse de sua capitania. Somente a Capitania de Pernambuco obteve êxito, além do sucesso **temporário** de São Vicente. Estava claro que o povoamento e a valorização econômica da terra por meio da iniciativa particular eram inviáveis. As capitânicas fracassaram (mas não foram extintas, só no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, que estudaremos mais a frente). Não só devido ao elevado investimento necessário, mas também pela distância da metrópole, pela resistência dos



indígenas e pela elevada **descentralização**. Além disso, era muito perigoso e as histórias de tragédias e naufrágios desestimulavam.



TOME NOTA!

Carta de doação: O rei declarava a doação e tudo o que ela implicava, como por exemplo, os amplos poderes do capitão donatário.

Foral: Era uma espécie de código tributário que estabelecia impostos e deveres como o de conceder as **Sesmarias**.

Sesmarias: Grandes propriedades de terra que eram concedidas pelo donatário, a quem se interessasse desde que fosse católico e se comprometesse a cultivar cana. Podiam ter muitos milhares de hectares. Essas grandes propriedades doadas do início da colonização até a época da independência estão na matriz da distribuição da terra que temos hoje no país, calcada ainda no **latifúndio**. 1% do número de propriedades rurais ocupam 50% do espaço agrícola.

2.1. O GOVERNO GERAL

Diante do fracasso das capitanias, em 1548 foi criado o **Governo Geral**, através de um instrumento jurídico denominado **Regimento de 1548 ou Regimento de Tomé de Souza**. A criação do Governo Geral tinha como objetivo a **centralização política e administrativa**, mas **não aboliu o regime de capitanias**. A sede administrativa do governo geral seria a cidade de **Salvador**, que se tornou a primeira capital do Brasil. Dessa vez a coroa desembolsou dinheiro público para a construção da nova capital, que foi construída por regime de empreitada e foram construídas 6 ruas, a Catedral da Sé, o palácio do governador e a Casa de Câmara/Cadeia. O governador geral tinha a obrigação de centralizar a administração, estimular o povoamento, proteger as capitanias contra as adversidades, principalmente as invasões estrangeiras e combater os índios tupinambá, hostis ao colonizador. Foram criados também, para auxiliar o governo, os cargos de **Ouvidor-Mor** (justiça), **Provedor-Mor** (finanças) e **Capitão-Mor** (Defesa) e correspondiam aos poderes máximos da colônia em suas áreas.

2.1.1. Os Primeiros Governadores

- ✓ **Tomé de Souza (1549-1553):** Foi primeiro governador Geral. Com ele vieram todos os funcionários necessários à administração e também os **primeiros jesuítas**. Teve início então a obra de evangelização dos indígenas. É criado o **primeiro Bispado do Brasil**: o Bispado de



Salvador, sob a responsabilidade do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha. Veio com ele o Jesuíta Manuel da Nóbrega que trouxe o primeiro grupo de Jesuítas.

- ✓ **Duarte da Costa (1553-1558):** Enfrentou várias crises em seu governo. Teve que enfrentar **os primeiros conflitos entre povoadores e jesuítas em torno da escravidão indígena**, além disso, foi durante seu governo que a França iniciou a tentativa de estabelecer a *França Antártica* no Rio de Janeiro.
- ✓ **Mem de Sá (1558-1572):** Consolidação do governo Geral e expulsão dos Franceses com a destruição da colônia de Huguenotes (calvinistas franceses) denominada França Antártica. Depois fundaram a cidade do Rio de Janeiro com o nome São Sebastião do Rio de Janeiro.



CURIOSIDADE

Dom Luís Fernandes de Vasconcelos foi nomeado pelo rei como sucessor de Mem de Sá, contudo morreu em combate num ataque de piratas.

2.1.2. As Câmaras Municipais

As dificuldades de contato entre as diferentes regiões e a capital Salvador, criavam uma situação em que o **localismo político** era estimulado. Os poderes e os homens do Estado Português estão sempre muito longes, então os principais centros de decisão eram de fato as **Câmaras Municipais**, o órgão público administrativo mais antigo do Brasil. Elas se localizavam nas Vilas mais importantes. Os poderes locais eram representados pelos grandes proprietários, que se autodenominavam “**homens bons**”, que significava homens brancos, católicos, ricos, que não realizavam trabalhos manuais, ou seja, senhor de escravos. As câmaras abrigavam os trabalhos legislativos e jurídicos da colônia e sua arquitetura é interessante, pois era na parte inferior do prédio construída a cadeia.

A administração colonial era bastante complicada, principalmente devido à dificuldade de locomoção (o litoral brasileiro é planáltico e com vegetação de Mata atlântica), devido à carência de infraestrutura, então difícil o contato entre as capitanias pelo comércio interno e era difícil fazer cumprir-se o **exclusivo colonial**. Mais mudanças estariam por vir na administração colonial. Portugal em 1580 passou por uma crise sucessória em seu trono, e o reino português é unificado ao reino espanhol. É o período conhecido como **União Ibérica**, que durou de 1580 até 1640. Estudaremos este assunto na próxima aula e é muito importante, pois explica a razão da invasão dos holandeses ao Brasil colonial.



2.1.3. As Atividades Econômicas Complementares



As principais atividades destacadas nos mapas são:

- 1- O cultivo tradicional da cana de açúcar no litoral;
- 2- A pecuária;
- 3- As Drogas do Sertão.

No século XVIII tem início o ciclo da mineração em MG e MT (estudaremos este tópico em detalhes nas aulas a seguir), além da produção de algodão no Maranhão. Apesar de não estar destacada nestes mapas, havia uma importante produção de tabaco na Bahia, que era usado como elemento de troca por escravos africanos que eram conseguidos através do escambo. (Os escravos eram trocados por tabaco e aguardente). Podemos citar as atividades de sertanismo, também chamadas de *Bandeirantismo*.

- ✓ **Pecuária:** Era a principal atividade complementar da colônia, pois fornecia carne, couro e transporte. Era realizada mais ao interior do território brasileiro, onde encontrou a vegetação da Caatinga e o **Cerrado**. A pecuária desenvolveu-se principalmente nas regiões de cerrado por suas sempre verdes pastagens naturais. E uma coisa diferenciava fundamentalmente a pecuária das outras atividades: **O uso de mão de obra livre, normalmente indígena**. O vaqueiro, como era chamado, recebia sua remuneração em filhotes das crias.



3. O BANDEIRANTISMO

As bandeiras eram expedições com objetivos comerciais e privados. Não eram as únicas expedições que ocorriam em nosso território. Havia as expedições de reconhecimento enviadas pela coroa, que eram chamadas **Entradas**. A atividade dos bandeirantes, iniciaram em São Vicente. A capitania, nos primeiros anos de ciclo do açúcar, junto com Pernambuco foram as únicas que tiveram sucesso. No entanto a atividade açucareira logo entrou em decadência (principalmente devido à distância maior de Portugal, o que encarecia o frete, além disso, o açúcar pernambucano era de melhor qualidade). Os paulistas viram-se obrigados a dedicar-se a uma atividade econômica alternativa, que foi o bandeirismo. Havia basicamente três tipos de expedições bandeirantes:

- ✓ **Bandeirismo de Contrato:** Grupos contratados para capturar escravos fugidos e destruir quilombos.
- ✓ **Bandeirismo de Preação ou apresamento:** Expedições cujo objetivo era capturar indígenas e escravizá-los. (Por isso sempre entravam em conflito com os padres jesuítas que os protegiam).
- ✓ **Bandeirismo de Prospecção:** Expedições para buscar jazidas ouro, prata ou pedras preciosas. Foram os paulistas que encontraram o ouro no início do século XVIII, dando início ao ciclo da mineração.

Como a movimentação pelo território era muito difícil devido às florestas e relevo planáltico, os rios ocupavam uma posição de destaque para viabilizar as expedições. Eram chamadas de **Monções**, as expedições bandeirantes feitas por rio. Através deles, os bandeirantes percorreram todo o território brasileiro explorando o nordeste através do rio São Francisco (também chamado de rio dos currais devido à pecuária e também como rio da integração nacional, pois integra sudeste e nordeste). Em 1647, a bandeira de Fernão Dias Paes abriu caminho para o interior de Minas Gerais e poucos anos depois a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, abriu caminho para as minas de Goiás. Fernão Dias, no norte de Minas no vale do rio Jequitinhonha, encontrou turmalinas e pensou serem pedras preciosas verdadeiras.



4. ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST) E PONTOS A DESTACAR



4.1. INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E PRODUÇÃO AÇUCAREIRA

1. É fundamental lembrar, inicialmente, que, com as Grandes Navegações Europeias em busca de novas rotas até às Índias, empreendidas entre os séculos XIV e XVI, o comércio das especiarias passou a gerar uma grande fonte de riqueza para Portugal. Neste cenário de expansão marítima, as novas rotas encontradas desembocaram, também, em novas terras, até então desconhecidas.
2. A frota de Pedro Álvares Cabral, que chegou às “novas” terras em 22 de abril de 1500, possui controvérsias sobre sua casualidade ou intencionalidade. Isto se deve em razão de terem ocorrido navegações anteriores, por exemplo a de Vasco da Gama, que já havia reconhecido terras na região.
3. A colonização da “América Portuguesa” se concentrou nas regiões litorâneas, sendo que a partir do século XVII teve início o processo de interiorização do país, marcado por uma série de lutas e disputas pelas terras e riquezas naturais (por exemplo, o pau-brasil, sobretudo no século XVI, e o açúcar, no XVII).
4. Entre os anos de 1500 e 1530, as especiarias ainda rendiam lucros à Portugal, sendo que a atenção à sua colônia recém-descoberta não foi dada de forma significativa, o que resultou na adoção do termo pré-colonizador para o período.
5. A primeira riqueza natural a ser explorada foi o pau-brasil, árvore cuja pigmentação avermelhada era extraída e servia como corante para roupas na Europa.
6. Para a sua extração, a Coroa Portuguesa se valia do trabalho dos indígenas, os quais derrubavam, cortavam e carregavam as árvores até o local de embarque nos navios. Inicialmente, este trabalho era obtido através do **escambo**, ou seja, objetos sem valor trazidos pelos portugueses (tecidos, anzóis, espelhos, canivetes) e que eram trocados pelo trabalho dos nativos.
7. O Tratado de Tordesilhas (1494) estabelecia o monopólio das terras descobertas **apenas** à Portugal e Espanha. No entanto, elas foram disputadas por franceses, holandeses e ingleses.
8. Em 1530, com o intuito de ocupar as terras e evitar as invasões de outros países europeus, uma expedição comandada por Martim Afonso de Souza foi enviada por Portugal, sendo que em 1532, o comandante fundou a primeira vila do Brasil, **São Vicente**.



9. Em São Vicente, os primeiros colonos (portugueses) iniciaram o cultivo da cana-de-açúcar e, posteriormente, instalaram o primeiro engenho no Brasil, destinado ao cultivo da cana e fabricação do açúcar.
10. Com a implantação dos engenhos, Portugal deixava de lado a exclusividade da extração do pau-brasil e iniciava uma organização do sistema colonial.
11. O sistema colonial era baseado, principalmente, no **monopólio comercial**, uma ferramenta de domínio econômico feita pela metrópole (Portugal) em relação à colônia (Brasil). Através dele, a Metrópole comprava os produtos coloniais por preços mais baixos e vendia aos colonos no Brasil os artigos metropolitanos por preços mais altos.
12. O trabalho indígena, por sua vez, foi-se tornando mais conflituoso à medida que os nativos passaram a resistir à exploração europeia. Com isso, os colonos passaram a utilizar da violência e impor a escravidão.
13. **Guerra Justa** é o nome dado à guerra contra os indígenas, autorizada pela Coroa Portuguesa, e que era justificada nos casos em que os indígenas se recusavam à conversão à fé cristã ou que impediam a propagação do cristianismo, a partir de meados do século XVI.
14. A mão de obra indígena foi amplamente disputada, uma vez que a expansão açucareira crescia para além do litoral, alcançando o interior de São Paulo, Maranhão e Pará.
15. No século XVII, outras atividades econômicas também ganharam relevância para os colonos, como a agricultura (feijão, milho, mandioca) e a extração das **chamadas drogas do sertão** (guaraná, castanha, cravo, plantas aromáticas e medicinais).

4.2. ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA COLONIAL

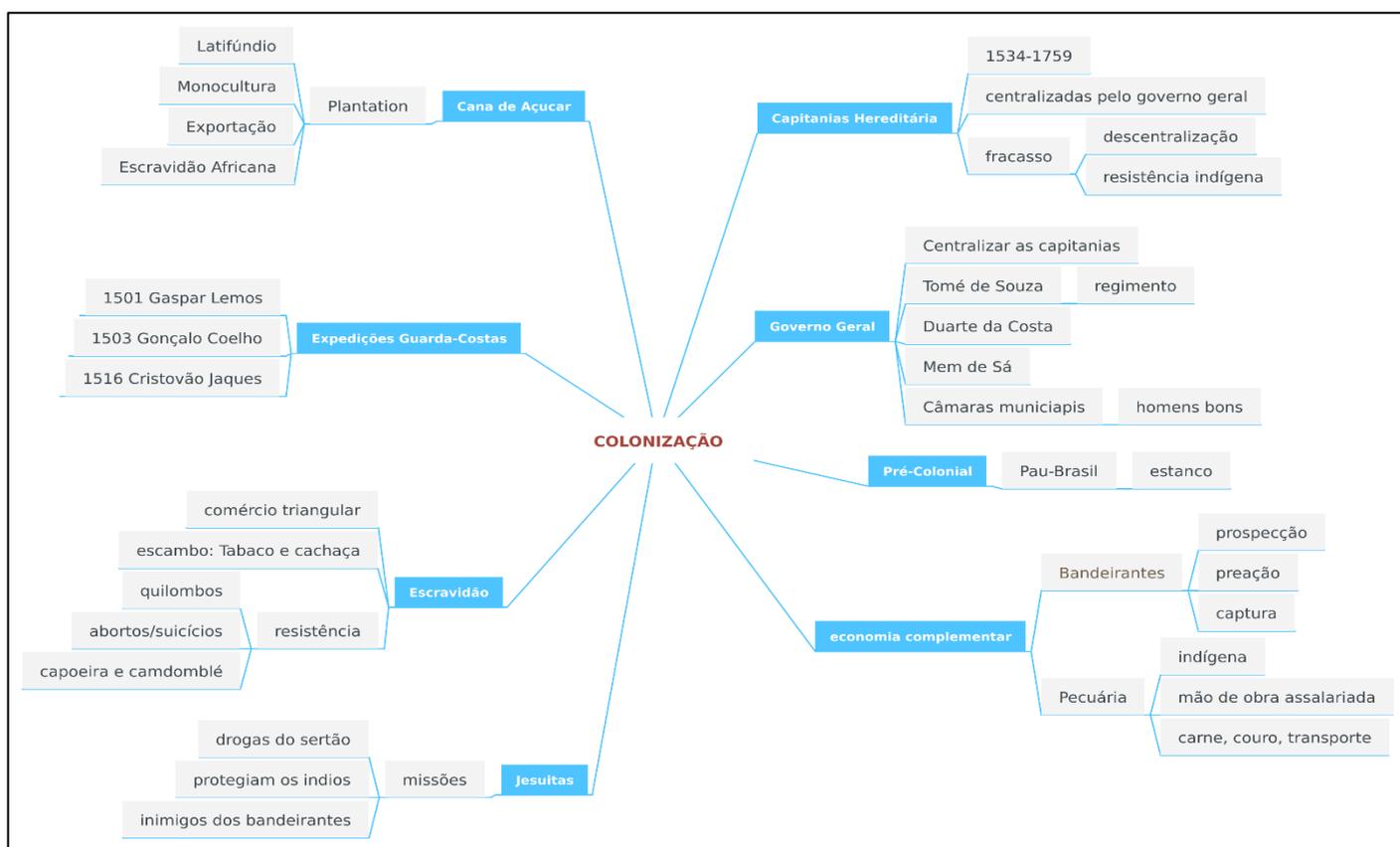
1. Principais características administrativas das terras descobertas:
 - 1.1. Terra dividida em grandes porções (as chamadas **capitanias**, 15 no total).
 - 1.2. Seus “proprietários” ficaram conhecidos como **capitães** ou **donatários**.
 - 1.3. Quando da morte de seu donatário, a porção de terras era passada aos seus descendentes, daí o nome **capitanias hereditárias**.
 - 1.4. O vínculo entre o rei de Portugal e os donatários se dava através da carta de doação ou da carta foral.
 - 1.5. Tinham, como direito, distribuir partes de sua terra (**sesmarias**) a quem desejasse cultivá-las.
 - 1.6. Parte dos lucros obtidos deveria ser enviada à Portugal como forma de pagamento pelo uso das terras.
2. O sistema das capitanias hereditárias, contudo, não obteve o sucesso esperado, à exceção das capitanias de Pernambuco e São Vicente, sobretudo em virtude da produção açucareira. Como as terras eram muito vastas, muitos donatários perdiam o interesse de sua exploração, às vezes até mesmo pela insuficiência financeira.



3. Para solucionar tal impasse, a Coroa implantou o chamado **Governo Geral**, o qual coexistiu com as capitanias até 1759, cuja sede era a capitania da Bahia e aonde foi fundada a primeira capital do Brasil, Salvador.
4. As principais funções dos governadores-gerais eram: defender militarmente a colônia, administrar as finanças, nomear funcionários de justiça e indicar sacerdotes para as paróquias.
5. O governador-geral contava com o apoio de 3 auxiliares: **ouvidor-mor** (encarregado dos negócios da Justiça), **provedor-mor** (assuntos da Fazenda) e **capitão-mor** (defesa do litoral). Além de problemas de distância entre as capitanias, os governadores-gerais também enfrentavam a oposição dos chamados **homens bons**: proprietários de terra, escravos ou gado que já residiam nas cidades e exerciam o poder político nas chamadas Câmaras Municipais.
6. Os primeiros governadores-gerais do Brasil foram Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá. Junto com Tomé de Sousa (1549-1553) vieram 6 jesuítas, chefiados pelo padre português Manoel da Nóbrega.
7. Em 1551 ocorreu a fundação do primeiro **bispado** (território subordinado à autoridade de um bispo) no Brasil, chefiado por D. Pero Fernando Sardinha.
8. Com Duarte da Costa (1553-1558) vieram mais jesuítas para o território brasileiro, entre os quais se destaca José de Anchieta. Fundou, em conjunto com Manuel da Nóbrega, o Colégio de São Paulo, junto ao qual surgiu a vila que originaria a cidade de São Paulo.
9. Durante o governo de Duarte da Costa, alguns franceses, com o apoio de grupos indígenas (por exemplo, os tupinambás), invadiram o Rio de Janeiro e fundaram um povoamento que recebeu o nome de **França Antártica**.
10. Mem de Sá (1558-1572), com a ajuda de seu sobrinho, Estácio de Sá, expulsou os franceses no ano de 1567. Além disso, o então governador foi responsável pela luta contra os indígenas que resistiam à colonização, levando à destruição de inúmeras aldeias do litoral brasileiro no século XVI.
11. Entre 1580 e 1640, em razão de problemas na sucessão dinástica, Portugal foi governado por Felipe II, rei da Espanha. Consequentemente, neste período o Brasil fez parte do amplo reino espanhol, cujo domínio durou até 1640, ano da chamada **Restauração**, em que D. João IV subiu ao trono português e deu início à Dinastia de Bragança.
12. Durante a colonização, a lei definia que a religião oficial em Portugal era o catolicismo. Se algum súdito não fosse católico, estaria sujeito a perseguições feitas por parte da **Inquisição** (ou Santo Ofício).
13. O governo português e a Igreja católica estavam ligados pelo regime do **Padroado**, ou seja, um acordo entre o papa e o rei que estabelecia direitos e deveres da Coroa Portuguesa em relação à Igreja. Podemos destacar, entre seus deveres: expansão do catolicismo às terras conquistadas por Portugal, construção e conservação de igrejas, remuneração de sacerdotes pelo seu trabalho. Como direitos da Coroa, temos: nomeação de bispos e criação de dioceses e recolhimento do **dízimo** ofertado pelos fiéis.



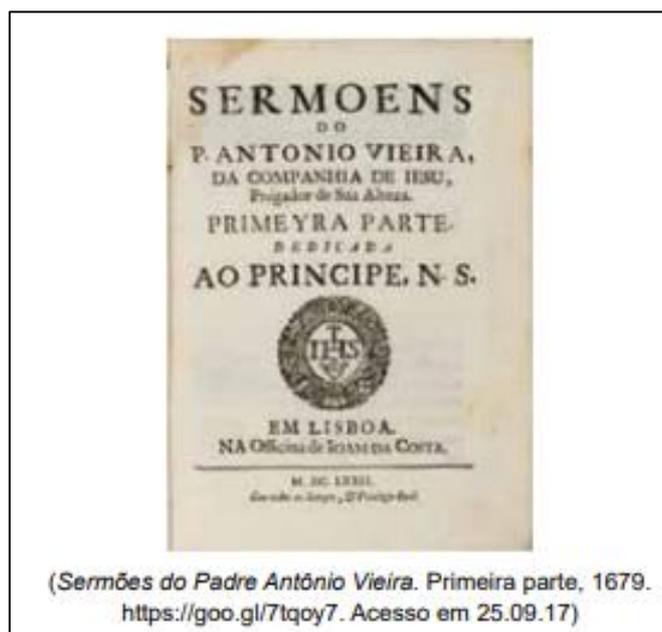
14. Em virtude da fusão de elementos de diversas religiões e crenças (africanas, europeias e indígenas) no Brasil, o que ficou conhecido como **sincretismo**, visitas do Santo Ofício foram realizadas entre os séculos XVI e XVII, em que processos eram abertos contra as pessoas acusadas de práticas heréticas contra a fé cristã. Muitos acusados foram levados à Portugal para julgamento por acusações diversas: feitiçaria, blasfêmia, prostituição, homossexualidade, além de perseguições aos **cristãos-novos** (judeus convertidos ao cristianismo).
15. Neste período, a economia açucareira ganhou ampla relevância graças ao trabalho compulsório de indígenas e, posteriormente, negros escravizados. As diferenças sociais existentes nos engenhos (locais onde se produzia o açúcar) eram amplas, tendo como suas principais marcas a existência dos **senhores de engenho**, residentes na Casa Grande, e dos negros escravizados, os quais vivam nas **senzalas**.



5. EXERCÍCIOS

1. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017)

Observe a imagem a seguir.



O Padre Antônio Vieira fez parte do esforço missionário jesuíta na América, que via a catequese como fundamental em um contexto de:

- A) ampliação das atividades econômicas agroexportadoras na América portuguesa, o que tornou a cristianização de povos indígenas parte fundamental na arregimentação de mão de obra escravizada para o trabalho nos engenhos coloniais.
- B) intensificação do processo de interiorização da presença portuguesa na América do Sul, o que fortaleceu a aliança entre jesuítas e bandeirantes, com o objetivo de dominarem os nativos e ampliarem as possessões portuguesas no continente.
- C) refluxo da Igreja Católica na Europa por conta das Reformas protestantes, o que levou alguns jesuítas a se aproximarem das línguas nativas para cristianizarem os ameríndios com o objetivo de conquistar novos fiéis para a Igreja.
- D) aprofundamento das disputas e conflitos entre a Coroa Portuguesa e os jesuítas, o que resultaria, poucos anos depois, na expulsão da Companhia de Jesus da América devido aos enclaves autônomos das missões no continente.
- E) disputa entre as Coroas Espanhola e Portuguesa pelas terras da América do Sul, de tal forma que os jesuítas se constituíram como aliados estratégicos dos portugueses na ampliação dos seus domínios territoriais coloniais.

Comentários

A **Companhia de Jesus**, fundada em 1534 por Inácio de Loyola e cujos membros são conhecidos como **jesuítas**, teve um papel fundamental na propagação da fé católica em meio ao contexto das



Reformas Protestantes da Europa, a partir de 1517, com Martinho Lutero e a redação das suas “95 Teses”, na Alemanha, do Anglicanismo, na Inglaterra, do Calvinismo, na Suíça, dentre outros movimentos que se difundiram na sociedade europeia a partir do século XVI.

Em meio a um **refluxo** da doutrina da Igreja Católica na Europa, marcada por escândalos de venda de indulgências (perdão), usura, luxo excessivo, dentre outros aspectos, procurou-se alcançar aqueles povos que, segundo se afirmava, não possuíam religião (fato este que sabemos que não condiz com a realidade, uma vez que os nativos possuíam deuses e rituais religiosos próprios, porém, diferentes daqueles que pertenciam ao catolicismo).

Neste sentido, as **missões jesuíticas** se direcionaram à **cristianização de ameríndios**, em busca de alcançar novos fiéis e fortalecer a Igreja Católica, na qual o Padre Antônio Vieira esteve inserido com os seus famosos “Sermões”. Era comum, ademais, que os jesuítas aprendessem as línguas nativas, com o intuito de se comunicarem mais facilmente e, dessa forma, propagar a fé católica através da **catequização** dos ameríndios.

Gabarito: C

2. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017)

Observe a imagem a seguir



A obra de Victor Meirelles, realizada à época do Império de D. Pedro II, tem o seu contexto de produção associado à dedicação de vários membros da Academia Imperial de Belas Artes à representação de momentos importantes da política e da história nacional, com vistas a desenvolver um sentimento ufanista.

Essa obra busca representar o descobrimento:

A) como um encontro pacífico e ordenado de raças, com a Igreja e o Estado ao centro e os indígenas curiosos e passivos, de forma a silenciar sobre os conflitos do passado e do presente, tais como a invasão e o genocídio indígena do século XVI e a escravidão negra do século XIX.

B) de maneira apologética, de forma a conferir legitimidade à presença portuguesa na América, com o objetivo de justificar, em pleno século XIX, a guerra levada adiante pelo Brasil contra o Paraguai, evidenciando a pretensão brasileira de se constituir como potência hegemônica no Cone Sul.

C) como uma projeção pretérita da importância das elites de grandes proprietários do século XIX, ressaltando, com isso, o projeto dessas oligarquias em relação à derrubada da monarquia e ao estabelecimento de uma República que contemplasse os interesses das várias regiões do país.

D) de modo laudatório, ressaltando o papel essencial da Igreja e dos bandeirantes no processo de colonização do Brasil, o que ensejaria, no século XIX, o desejo da aristocracia rural do Nordeste de se afirmar como grupo social político e economicamente hegemônico no Império.

E) de forma crítica, ressaltando o caráter violento da conquista portuguesa e da ação da Igreja Católica, com o objetivo de denunciar as marcas de violência ainda presentes na sociedade imperial, tais como a escravização de negros africanos e a exploração de imigrantes italianos.

Comentários

A obra produzida por Victor Meirelles, em 1860, ainda sob o Segundo Reinado (1840-1889), é reflexo de uma preocupação, por parte dos membros da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), em atribuir os valores **nacionalistas** e **ufanistas** de determinados acontecimentos históricos brasileiros, recuperando a imagem positiva da colonização portuguesa no Brasil.

No presente caso, a obra retrata, de forma **romantizada**, a revalorização da história nacional através da presença indígena, retratada na obra de forma **idealizada** e que, diferentemente do elemento negro, até então considerado como uma figura anônima da nação, a imagem indígena representaria uma presença mais ativa na confluência do europeu com os nativos.

Dessa forma, a obra retrata que não houve resistência por parte dos nativos, pelo contrário, coloca-os de forma **pacífica** e **curiosa** com relação ao que está acontecendo. Tal imagem procura, dentre outros aspectos, transmitir uma visão que **silencie os conflitos existentes no passado e, conseqüentemente, no presente**, como mencionados no texto apresentado pela banca. Ademais, busca minimizar o impacto do genocídio indígena do século XVI e da escravidão dos negros, sobretudo, no século XIX.

Gabarito: A

3. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.

(Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil. Adaptado).

O “meio rural e patriarcal” a que se refere o trecho está relacionado:



- A) à exploração das drogas do sertão no vale amazônico, em que os comandantes das expedições de extrativismo cumpriam o papel simultâneo de autoridades públicas e agentes comerciais.
- B) à interiorização da ocupação no vale do Rio São Francisco, graças à expansão da pecuária que abastecia os engenhos da zona da mata, centrada na figura dos vaqueiros.
- C) à produção de açúcar no engenho, no qual se constituíram relações sociais marcadas pela escravidão e pelo convívio familiar, organizadas em torno da autoridade do senhor.
- D) ao bandeirantismo, em que os bandeirantes portugueses exerciam o poder sobre uma vasta população de negros, índios e mestiços que adentravam o continente em busca de ouro.
- E) às missões jesuíticas, em que os jesuítas escravizavam povos indígenas com o objetivo de explorar a sua mão de obra para fins comerciais relacionados à monocultura exportadora.

Comentários

Sérgio Buarque de Holanda, um dos mais importantes historiadores brasileiros, em seu famoso livro “Raízes do Brasil” procura criticar um aspecto presente na sociedade brasileira, o qual ele nomeia como a **cordialidade** e que é visto desde o período colonial, enquanto herança das relações privadas e que, de forma característica, se expande para as relações públicas dentro da sociedade.

Dito isto, um exemplo claro em que se imiscuem as relações rurais e patriarcais, citadas pelo historiador, encontra-se nos **engenhos de açúcar**, localizados em grandes porções de terras pertencentes ao **senhor de engenho** e que, dessa forma, as relações sociais eram marcadas, por parte dos escravos, pelo trabalho compulsório e, por parte da autoridade senhorial, no convívio da sua família em torno de sua figura.

Assim sendo, os engenhos de açúcar eram lugares nos quais as relações sociais refletiam as diferenças existentes entre os mais ricos e aqueles que deveriam se dedicar ao trabalho braçal, em torno da figura **patriarcal** do senhor de engenho.

Gabarito: C

4. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)

Certa vez, um velho Tupinambá me perguntou: “Por que vocês, mairs [franceses] e perós [portugueses], vêm de tão longe para buscar lenha? Por acaso não existem árvores na sua terra?” Respondi que sim, que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não as queimávamos, como ele supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir. “E precisam de tanta assim?”, retrucou o velho Tupinambá. “Sim”, respondi, “pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que se possa imaginar, e um só deles compra todo o pau-brasil que possamos carregar.” “Ah!”, tornou a retrucar o selvagem. “Você me conta maravilhas. Mas me diga: esse homem tão rico de quem você me fala, não morre?” “Sim”, disse eu, “morre como os outros”. Aqueles selvagens são grandes debatedores e gostam de ir ao fim em qualquer assunto. Por isso, o velho indígena me inquiriu outra vez: “E quando morrem os ricos, para quem fica o que deixam?” “Para seus filhos, se os têm”, respondi. “Na falta destes, para os irmãos e parentes próximos.” “Bem vejo agora que vocês, mairs, são mesmo uns grandes tolos. Sofrem tanto para



cruzar o mar, suportando todas as privações e incômodos dos quais sempre falam quando aqui chegam, e trabalham dessa maneira apenas para amontoar riquezas para seus filhos ou para aqueles que vão sucedê-los? A terra que os alimenta não será por acaso suficiente para alimentar a eles? Nós também temos filhos a quem amamos. Mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu nutrirá também a eles. Por isso, descansamos sem maiores preocupações.”

(BUENO, Eduardo. Pau Brasil. São Paulo: Axis Mundi, 2002).

O diálogo entre o pastor calvinista Jean de Léry (1534-1611) e o velho Tupinambá, travado em algum momento da estada de Léry no Rio de Janeiro, entre março de 1557 e janeiro de 1558, é revelador

A) da aliança entre portugueses e franceses no Atlântico sul, o que permitiu aos dois países explorarem conjuntamente as riquezas da América e, ao mesmo tempo, isolarem os espanhóis na porção mais ocidental do continente.

B) da necessidade que Portugal tinha em exigir do papado um posicionamento favorável à partilha das terras “recém- descobertas e por descobrir” apenas entre portugueses e espanhóis, o que só aconteceu no final do século XVII.

C) do permanente conflito ocorrido entre os povos nativos da América e os colonizadores europeus, que não conseguiram estabelecer nenhuma forma de diálogo com os povos indígenas e participaram de constantes guerras de extermínio.

D) da importância econômica que o pau-brasil tinha para os europeus no início da colonização e das intensas disputas entre portugueses e franceses pelas terras da América do Sul no século XVI, há pouco descobertas pela Coroa Portuguesa.

E) da proximidade de pensamento entre os povos indígenas e os franceses, em geral mais respeitosos na relação com a natureza e com os nativos da América do que os portugueses, responsáveis por uma prática econômica predatória.

Comentários

O diálogo trata de um produto que foi extremamente explorado no início da colonização brasileira: o **pau-brasil**, árvore da qual era extraída uma tinta vermelha extremamente utilizada e valiosa na Europa para o tingimento de roupas, cujo lucro era remetido à Metrópole Portuguesa. No diálogo, observamos a conversa entre o pastor francês Jean de Léry e um indígena, o que retrata o grande interesse, por parte dos franceses, na extração do pau-brasil.

A disputa pela **ocupação** e consequente **extração** destes produtos, em relação ao território brasileiro, aconteceu entre os séculos XVI e XVII, sendo que houve tentativas, por parte dos franceses, em colonizar o Brasil, tais como as expedições realizadas até o Rio de Janeiro em busca de implantar a **França Antártica** (1555), e em São Luís (1612), com o objetivo de implantar a **França Equinocial**. Ambas as tentativas, contudo, foram controladas pelos portugueses e não obtiveram o sucesso esperado.

Gabarito: D



5. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013)

Observe as imagens para responder à questão.



Cacau, Guaraná e Castanha-do-pará: forte ligação com a História do Brasil.

Os três produtos representados nas imagens estiveram relacionados à interiorização da colonização, principalmente entre os séculos XVII e XVIII. O processo histórico que explica essa relação é:

- A) a tentativa da Coroa Portuguesa de cultivar tais produtos na região do Maranhão e Grão-Pará, para garantir a Portugal a ocupação de um território historicamente pouco habitado.
- B) a instalação de missões jesuíticas no atual sul do Brasil, o que garantiu a Portugal a posse sobre algumas terras que até então estavam sob o controle da Coroa Espanhola.
- C) o movimento de conquista e desbravamento do interior do Nordeste por vaqueiros e pecuaristas, que cuidavam do gado ao mesmo tempo em que procuravam tais produtos.
- D) a busca incessante dos bandeirantes por algumas riquezas no interior do país, entre as quais as “especiarias tropicais”, mais valorizadas no comércio internacional do que o próprio ouro.
- E) a exploração das drogas do sertão ao longo do vale amazônico tanto por jesuítas, preocupados também com a catequização dos indígenas, quanto por colonos.

Comentários

As imagens retratam três produtos muito importantes para o período colonial, que contribuíram para a exportação à Europa (devido ao fator exótico de tais produtos) e para o comércio exterior. Tais produtos foram encontrados no **norte** e **nordeste** brasileiros e, por se tratar de produtos não conhecidos na Europa, tiveram seu consumo estimulado entre os séculos XVI e XVIII.

A partir das expedições rumo à interiorização do país (as **bandeiras**) e a busca por metais preciosos, os bandeirantes tomaram conhecimento de novos produtos, como o cacau, o guaraná e a castanha-do-pará, que foram amplamente comercializados com países europeus. Para a sua extração, era

utilizada a **mão de obra indígena** e, posteriormente à sua proibição, adotou-se a **mão de obra negra escravizada**.

Para o controle da exploração de tais produtos e da simultânea **catequização** dos indígenas, utilizados na extração das drogas, a Coroa Portuguesa enviou os **jesuítas**, a fim de manterem um certo monopólio da extração. Além disso, os colonos também faziam a extração das **drogas do sertão**, ação esta que não interessava à Metrópole, a qual buscava o lucro exclusivo de tais produtos.

Gabarito: E

6. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013)

Para responder à questão, leia um trecho adaptado de uma entrevista concedida pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello ao Jornal do Commercio, de Recife, em 22 de janeiro de 2008, por ocasião do bicentenário da chegada da família real ao Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO – O Brasil tem motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da corte lusitana no Rio. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental.

JORNAL DO COMMERCIO – Se pudéssemos simplificar em duas palavras, a vinda da família real trouxe mais benefícios ou prejuízos para o Nordeste?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Claro que prejuízos, e imediatos. Primeiro, a corte ficava muito mais perto, segundo, houve a espoliação das províncias promovida pela família real, em terceiro lugar, a presença de dom João era o esforço de um futuro regime centralizador, embora não se possa dizer que desde dom João o assunto já fosse de favas contadas.

Entre as reações à política estabelecida pela família real, é possível citar:

- A) a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, que questionavam a espoliação fiscal e a centralização do poder promovidas pelo Rio de Janeiro, capital do Império Português a partir de 1808 e, depois de 1822, capital do Império do Brasil.
- B) o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-38), ambos na Bahia, que questionavam de forma radical a ordem escravista e colocavam em xeque o poder dos grandes proprietários da região, tendo obtido, nos dois casos, apoio massivo de escravos e ex-escravos.
- C) a Cabanagem (1835-1840), no Pará, e a Balaiada (1838- 1841), no Maranhão, que objetivavam estabelecer, no Brasil, uma república jacobina nos moldes da república existente na França, na tentativa de radicalizar as lutas sociais existentes no período regencial.
- D) a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, que tinham como princípio político fundamental a defesa do separatismo e da formação de repúblicas democráticas em que não haveria escravidão.



E) o Golpe da Maioridade (1840) e a Política de Conciliação (1850-1870), que buscavam romper com a herança política de D. João VI e D. Pedro I a partir de uma proposta de implementar no Brasil o federalismo, que descentralizava o poder e garantia autonomia às províncias.

Comentários

A vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, em decorrência das invasões napoleônicas à Portugal, representou um novo tipo de administração para a colônia. Primeiramente, mantinha os privilégios dos grupos políticos mais influentes no Brasil: os comerciantes portugueses e os membros das **elites rurais** brasileiras.

Em segundo lugar, a administração da colônia era diretamente influenciada pelas transformações europeias, o que se pode evidenciar pela expansão de grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, que passou a ocupar o lugar de **capital do império português**.

Neste contexto, a criação de um **aparelho estatal centralizador**, que transferiu a capital do império de Salvador para o Rio de Janeiro, trouxe medidas por parte da corte portuguesa que desagradaram aos brasileiros: os gastos da Corte, o aumento dos impostos e a ocupação de cargos públicos, predominantemente, por portugueses, foram fatores que deixaram a população insatisfeita.

Assim, os revoltosos de Pernambuco, insatisfeitos com a situação, sob a liderança de Domingos José Martins, ocuparam Recife e prenderam o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, dando início, em 1817, à Revolução Pernambucana, de caráter separatista.

Outro acontecimento daí decorrente foi a Confederação do Equador (1824), fruto da transferência do eixo econômico brasileiro, que passou da região nordeste para a sudeste, após um período de crises no abastecimento e do baixo crescimento no século XIX, e da dissolução da Assembleia Constituinte e respectiva outorga da Constituição de 1824, feitas por D. Pedro I.

Sob a liderança de **Frei Caneca** e **Cipriano Barata**, seria adotado um regime republicano e de caráter liberal. O movimento não resultou como o esperado e os envolvidos foram condenados.

Gabarito: A

7. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

A exaltação dos bandeirantes, em São Paulo, está presente na nomenclatura de estradas, avenidas e monumentos. Monumentos que vão desde a bela obra do escultor Brecheret junto ao Parque Ibirapuera até o assustador Borba Gato, gigante de botas plantado no bairro de Santo Amaro. A estátua, aliás, é muito pouco realista, pois existem boas indicações de que muitos bandeirantes marchavam descalços.

(Bóris Fausto, História do Brasil)

A exaltação dos bandeirantes descrita costuma omitir, mascarar e esconder algumas das suas atividades. Trata-se de uma tentativa de esquecer e apagar da História algumas ações não tão nobres dos bandeirantes, tais como

- A) a descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais.
- B) a contribuição para a extensão territorial do Brasil.



- C) o trabalho relacionado à produção de açúcar.
- D) a contribuição com os jesuítas na catequização de indígenas.
- E) o combate e a repressão aos quilombos.

Comentários

O texto apresentado pelo historiador brasileiro Bóris Fausto trata de uma temática concernente ao período **colonial brasileiro**, no caso aqui mencionado, aquele em que os **bandeirantes** ganharam ampla importância para a exploração do interior do Brasil.

Inicialmente em busca de metais preciosos e de mão de obra indígena, uma prática recorrente na ação dos bandeirantes era a **captura** de indígenas e a destruição de **quilombos** organizados pelos negros fugitivos.

A figura dos bandeirantes é extremamente valorizada, ainda que contraditória, sobretudo na região sudeste do Brasil, por conta da importância econômica que eles tiveram ao contribuir, nos séculos XVII e XVIII, com a descoberta do ouro nas Minas Gerais e do avanço no “desbravamento” do interior brasileiro.

Gabarito: E

8. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2011)

O principal motivo da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, foi impedir que os espanhóis tomassem a região e chegassem a Goiás e Minas Gerais. Era a época em que Portugal e Espanha discutiam as cláusulas do Tratado de Madri, finalmente assinado em 1750, que fixou os contornos aproximados da atual fronteira brasileira, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494).

(Masília Aparecida da Silva Gomes. Comer, beber, governar. In Revista de História da Biblioteca Nacional, set. de 2010, n.º 60.)

A expansão territorial da América portuguesa teve relação com

- A) as colônias de povoamento do sul e a cafeicultura.
- B) a produção de algodão e as oficinas de artesanato.
- C) as missões jesuíticas e a mineração.
- D) a produção de tabaco em São Paulo e os desterrados portugueses.
- E) as manufaturas e as feitorias do nordeste.

Comentários

O período a que o enunciado se refere abarca o século XVIII, quando do estabelecimento do **Tratado de Madri** (1750), que previa, dentre outros preceitos, a adoção do *uti possidetis*, ou seja, a premissa de que “**quem possui de fato, deve possuir de direito**”, que dava a posse das terras a quem tivesse ocupado e povoado o território.



Tal Tratado é contrário às premissas do Tratado de Tordesilhas (1494), que estabelecia a posse através de uma demarcação de 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde, sendo que a parte **oriental** das terras descobertas na América pertenceria a Portugal, e a parte **ocidental**, à Espanha. Neste período, a atividade que representa a ocupação do território brasileiro por meio dos portugueses e, dessa forma, justifica o princípio do *uti possidetis*, é a **extração de minérios** no século XVIII, principalmente na região das Minas Gerais.

A expansão territorial na América Portuguesa aconteceu por conta da necessidade de se ocupar o interior do país e de se explorar as **riquezas minerais** (através das **entradas e bandeiras**). Por meio do Tratado de Madri (1750) e do princípio do *uti possidetis*, passou-se a expandir as **missões jesuíticas no Brasil** em busca do controle do ouro e da catequização de indígenas.

Gabarito: C

9. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

O vozerio interrompido e sempre repetido com que os negros levam de um lado para o outro cargas sobre varas, o chiado de um tosco carro de bois de duas rodas, em que as mercadorias são conduzidas pela cidade, os frequentes tiros de canhão dos castelos e dos navios de todos os países do mundo que entram e o estrondo de foguetes com que os habitantes quase que diariamente e já pela manhã festejam os dias santos, confundem-se num estardalhaço ensurdecedor.

(J. B. Spix e C. F. P. von Martius. Viagem pelo Brasil, 1817-1820).

O texto, relativo à cidade do Rio de Janeiro no final da segunda década do século XIX, faz referência:

- A) ao pacto colonial e à sua estreita dependência em relação a Portugal.
- B) à crise causada pelo Bloqueio Continental, decretado por Napoleão.
- C) à importância do comércio na cidade, que abrigava a Corte portuguesa.
- D) ao crescimento das importações, incentivadas pelos lucros da mineração.
- E) à transformação da cidade em um centro produtor de manufaturas.

Comentários

O texto apresentado pela banca faz referência às dinâmicas sociais existentes na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, especificamente entre os anos de 1817 e 1820. É preciso se lembrar, para a correta solução da questão, que no ano de 1808 ocorreu a transferência da **Corte Portuguesa** para o Brasil, fruto de um projeto que já estava sendo pensado e que foi antecipado em decorrência das invasões napoleônicas a Portugal.

Com a transmigração da Família Real e de todo o seu aparelho estatal burocrático e administrativo, o Rio de Janeiro passou por um primeiro momento de transformações, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais quanto econômicos. Neste sentido, o texto de Spix e von Martius, que consolida uma narrativa sobre a fauna e flora brasileiras, também nos apresenta características da sociedade oitocentista.



No trecho em destaque, podemos ressaltar a **relevância** que o **comércio** possuía na cidade, uma vez que os autores descrevem o trabalho dos negros, de um lado para o outro da cidade, carregando os produtos que seriam comercializados, bem como as mercadorias transportadas nos carros de bois.

Gabarito: C

10. (VUNESP/PM-SP/2011 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

Leia as assertivas sobre o Brasil colonial.

- I. A opção portuguesa pela produção açucareira esteve relacionada com o fato de os portugueses não encontrarem, no século XVI, metais e pedras preciosas no litoral.
- II. A questão da escravização dos indígenas gerou uma série de conflitos entre os colonos e os jesuítas.
- III. Durante todo o período colonial, as autoridades portuguesas permitiram apenas a entrada de escravos originários da região de Moçambique.
- IV. O “exclusivo metropolitano” obrigava o colono do Brasil a comercializar apenas com Portugal.
- V. Um efeito importante da exploração de ouro em Minas Gerais foi a formação de um mercado interno.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II, IV e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

Comentários

Para o melhor entendimento, vamos comentar as assertivas apresentadas:

I. **Correta.** Devido à alta quantidade de cana de açúcar no Brasil, optou-se por este tipo de produção, associada ao fato de que, inicialmente, os portugueses não encontraram ouro e metais preciosos no litoral brasileiro, diferentemente dos espanhóis, que tiveram grande êxito em suas colônias.

II. **Correta.** No século XVII, sobretudo após a publicação do *breve* (um tipo de decreto) feita pelo Papa Urbano VIII, em 1639, houve uma série de conflitos entre os colonos e os jesuítas. Tal decreto estabelecia que os indígenas deveriam possuir a liberdade, ou seja, não deveriam ser mais cativos dos colonos. Isto fez com que os colonos ficassem insatisfeitos com os jesuítas e, dessa forma, alguns deles foram até expulsos do território.

III. **Incorreta.** Temos relatos de que escravos vieram de várias regiões africanas, como Cabo Verde, Congo, Zimbábue, Zaire, Moçambique, entre outras.

IV. **Correta.** Como visto anteriormente, o Pacto Colonial ou Exclusivo Metropolitano estabelecia a unilateralidade entre a Metrópole e a Colônia.



V. **Correta.** A extração de ouro no Brasil, feita a partir do século XVIII por meio das *bandeiras* (expedições rumo ao interior do país, sobretudo Minas Gerais), favoreceu o estabelecimento de um mercado interno, uma vez que a extração de ouro proporcionava a circulação de valores de troca entre produtos (matérias primas) e moedas. Dessa forma, o que anteriormente era extraído sem possuir um valor, com a descoberta do ouro passou a ser negociado.

Assim sendo, ficamos com a alternativa “C”, que destaca as quatro assertivas corretas.

Gabarito: C

11. (VUNESP/PM-SP/2014 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

A economia colonial brasileira baseou-se na:

- A) grande lavoura mercantil, na monocultura e no trabalho escravo.
- B) exploração de minério e na utilização de mão de obra indígena.
- C) pecuária extensiva conduzida por imigrantes portugueses.
- D) exploração madeireira das florestas e no trabalho escravo.
- E) monocultura com utilização de trabalho livre.

Comentários

Nesta questão, é preciso identificar que o enunciado trata da economia colonial brasileira, ou seja, diz respeito à economia entre 1500 (início da colonização) e 1815 (quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves). Dito isto, devemos ter em mente que o Brasil se beneficiou, sobretudo, de uma produção através do cultivo da terra e da plantação de determinados produtos, com características monocultoras. Podemos destacar, dentre os produtos cultivados, a cana de açúcar, presente em abundância sobretudo no nordeste do país entre os séculos XVI e XVII, e as lavouras de café, na região sudeste, principalmente a partir do século XIX. Para a extração de tais produtos, houve a utilização de mão de obra cativa, primeiramente a indígena e, posteriormente, a negra. Assim sendo, a alternativa “B” está incorreta porque apresenta apenas a exploração de minério e uso da mão de obra indígena; a “C”, porque apresenta a pecuária como presente no período todo, além do uso exclusivo de mão de obra imigrante portuguesa; a “D”, pois destaca apenas a exploração madeireira (sobretudo o pau-brasil), e a “E” por fazer referência ao trabalho livre, algo que somente foi feito posteriormente ao período colonial. Dessa forma, a única alternativa correta é a “A”.

Gabarito: A

12. (VUNESP/PM-SP/2007 – SOLDADO 2ª CLASSE)

Considere o mapa.





(Divalte Garcia Figueira, *História*)

Os limites do Estado Brasileiro foram definidos, em grande parte, no período da dominação portuguesa, como é possível observar no mapa. Com base no princípio de que “quem possui de fato, deve possuir de direito”, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que garantiu a Portugal o direito sobre terras que até então estavam sob o domínio espanhol.

As ações dos portugueses, que os levaram a possuir de fato essas terras, foram, entre outras:

- A) a expansão cafeeira e a formação dos quilombos na região do Nordeste da colônia.
- B) a ação dos jesuítas nas guerras guaraníticas e a extração desenfreada do pau-brasil.
- C) a formação das capitanias hereditárias e a exploração do tabaco e do algodão.
- D) o plantio e a fabricação da cana-de-açúcar e a expansão da atividade pecuária.
- E) a exploração das riquezas minerais e a captura dos índios pelos bandeirantes.

Comentários

O período a que o enunciado se refere abarca o século XVIII, quando do estabelecimento do Tratado de Madri (1750), que previa, dentre outros preceitos, a adoção do *uti possidetis*, ou seja, a premissa de que “quem possui de fato, deve possuir de direito”, que dava a posse das terras a quem tivesse ocupado e povoado o território, ao contrário do Tratado de Tordesilhas (1494), que estabelecia a posse através de uma demarcação de 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde, sendo que a parte oriental das terras descobertas na América pertenceria a Portugal, e a parte ocidental, à Espanha. Neste período, a atividade que representa a ocupação do território brasileiro por meio dos portugueses e, dessa forma, justifica o princípio do *uti possidetis*, é a extração de minérios no século XVIII, principalmente na região das Minas Gerais. Portanto, a alternativa correta apresentada é a “E”.

Gabarito: E



13. (VUNESP/PM-SP/2011 – SOLDADO - SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO)

Foram características dominantes no Nordeste açucareiro, durante o Brasil colonial, a:

- A) intensa vida urbana e a policultura de exportação.
- B) posse comunitária da terra e a servidão indígena.
- C) enorme chance de mobilidade social e o minifúndio.
- D) produção para o mercado interno e o trabalho familiar.
- E) grande propriedade rural e a mão de obra escrava.

Comentários

Durante o período colonial brasileiro, dentre os produtos que fizeram parte deste mecanismo, destaca-se a cana de açúcar, sobretudo no nordeste brasileiro, pautada pelo uso de uma grande propriedade rural e da mão de obra escrava. Estão **incorretas**:

1. A alternativa “A”, que fala sobre uma intensa vida urbana, uma vez que o Nordeste ainda não possuía tais características e a maioria da população pertencia ao meio rural;
2. A alternativa “B”, pois a posse não era comunitária, mas pertencia a grandes proprietários de terras, os chamados “senhores de engenho”;
3. A alternativa “C”, que discorre sobre a enorme chance de mobilidade social. Deve-se destacar que neste período, a mobilidade social era mais restrita às pessoas que possuíam terras e riquezas. Além disso, a adoção de minifúndio não era predominante no período, sendo o latifúndio o uso predominante;
4. A alternativa “D”, pois a produção era voltada para o mercado externo, sobretudo para o lucro da Metrópole. Ademais, o uso de trabalho escravo indígena e, posteriormente, negro, foi adotado na Colônia.

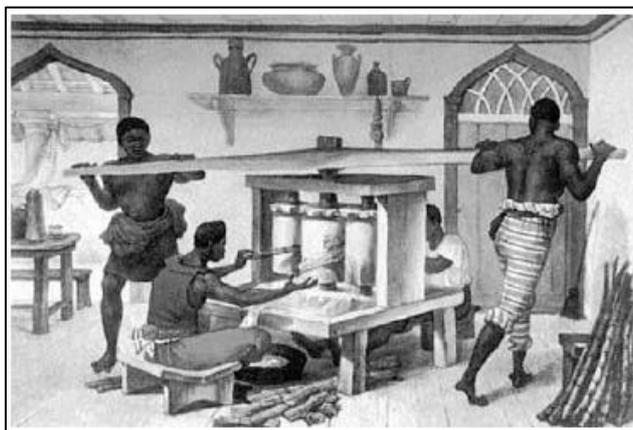
A alternativa que é correta, portanto, é a alternativa “E”, apresentada pela grande propriedade rural (o latifúndio) e pela mão de obra escrava.

Gabarito: E

14. (VUNESP/PM-SP/2012 – SOLDADO - SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO)

Observe a imagem.





(www.brasiliana.usp.br)

A ilustração de Jean-Baptiste Debret pode ser associada, no Brasil colonial:

- A) ao fim da escravidão.
- B) à produção de açúcar.
- C) ao crescimento urbano.
- D) à extração de ouro.
- E) ao trabalho assalariado.

Comentários

A imagem retrata a produção de açúcar em um engenho brasileiro, retratado por Debret, que veio ao Brasil com a Missão Artística Francesa de 1816, tendo feito uma série de gravuras do dia a dia dos escravos e da vida no Brasil Colônia. Esta imagem evidencia a vida dos escravos que, de forma integral, participavam da produção do açúcar, desde o momento do plantio da cana, até a sua colheita e consequente refinamento. O uso de escravos foi adotado para garantir um maior lucro aos senhores do engenho. A alternativa “B” é, dessa forma, a correta.

Gabarito: B

15. (VUNESP/PM-SP/2010 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

Sobre o processo de colonização do Brasil, é correto afirmar que:

- A) a principal tarefa do espaço colonial era o de fornecer para a metrópole riquezas materiais, como os escravos indígenas e as pequenas manufaturas.
- B) a metrópole incentivava o livre comércio da colônia com as nações europeias e os colonos tinham plena autonomia para escravizar os indígenas.
- C) a colônia, produtora de matérias-primas, de gêneros tropicais e consumidora de manufaturados metropolitanos, estava submetida ao monopólio comercial da metrópole.
- D) o pacto colonial instituiu relações econômicas igualitárias entre a colônia e a metrópole, o que garantiu um forte desenvolvimento manufatureiro na colônia.



E) o exclusivo metropolitano assegurava para o espaço colonial liberdade política e religiosa, além de incentivar a utilização de mão de obra livre na colônia.

Comentários

No que diz respeito ao processo de colonização do Brasil, a questão traz uma série de características que identificam fases deste processo. A alternativa “A” não está correta, uma vez que o objetivo principal do espaço colonial não era fornecer riquezas materiais para a metrópole. De início, a ocupação mais intensa do território brasileiro, que viria a ser chamado de Brasil, aconteceu a partir da década de 1530 e se deu por dois motivos principais:

1. Devido à redução no lucro da compra e venda de especiarias vindas das Índias, causada pelos fortes gastos em manter as colônias na África e na Ásia, além da concorrência com outros países que também buscavam as especiarias.

2. Para que o Brasil não sofresse tentativas de invasão por parte de outros países europeus, como a França, que já contrabandeava pau-brasil há algum tempo, o que justifica a alternativa “B” estar errada. Diante disso, foram estabelecidas as **Capitanias Hereditárias**. Portugal dividiu o Brasil em faixas de terras concedidas a nobres portugueses, que deveriam cuidar e cultivar as suas posses. Havia 15 capitanias, distribuídas entre 12 donatários, que tinham certos direitos, como escravizar os índios e cobrar tributos, além de extrair recursos naturais das suas capitanias. Neste contexto, temos a instituição do **Pacto Colonial**, ou **Exclusivo Metropolitano**, um acordo feito entre a Metrópole (Portugal) e a Colônia (Brasil) que procurava, sobretudo, beneficiar Portugal com relação à extração de matérias primas e de mão de obra indígena. A partir deste Pacto, notamos que as relações entre Brasil e Portugal se tornaram mais estreitas, visto que a Metrópole ansiava pelo lucro referente à extração dos recursos presentes na Colônia.

Não foi, dessa forma, uma relação justa e igualitária entre ambas, o que elimina as alternativas “D” e “E”, também pelo fato da religião católica ter sido implantada como oficial no território recém explorado. Diante disso, a alternativa “C” é a correta, pois trata da submissão da Colônia à Metrópole por meio de um monopólio português.

Gabarito: C

16. (VUNESP 2014)

Em 1534, a Coroa portuguesa estabeleceu o regime de capitanias hereditárias no Brasil Colônia. Entre as funções dos donatários, podemos citar:

- A) a nomeação de funcionários e a representação diplomática.
- B) a erradicação de epidemias e o estímulo ao crescimento demográfico.
- C) a interação com os povos nativos e a repressão ao trabalho escravo.
- D) a organização de entradas e bandeiras e o extermínio dos indígenas.
- E) a fundação de vilas e cidades e a cobrança de impostos.

Comentários

Em 1534, o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias, lotes de terras entre o litoral e a linha de Tordesilhas. Estas terras foram doadas aos donatários que eram nobres portugueses incumbidos de



iniciar o processo de colonização. Havia dois documentos relativos as capitâneas hereditárias, a “Carta de Doação” que consistia em um documento que dava direito ao donatário de explorar a sua capitania e o “Foral” que estabelecia os direitos e deveres dos donatários. Cabia aos donatários, entre outros, a fundação de vilas e cidades e a cobrança de impostos e doação de sesmarias.

Gabarito: E

...

É isso aí pessoal. Aguardo vocês na nossa próxima aula.
Grande abraço, bons estudos e foco no sucesso!!!



Instagram

@professorsergiohenrique



História e Atualidades com
Sergio Henrique



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.